

# Pastore acha que a proposta é "inócua"

O economista Afonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central, disse ser inócua e inexecutável a proposta de conversão de parte da dívida brasileira em capital de risco, aprovada terça-feira pelo Conselho Monetário Nacional. Para ele, a vinculação dessa operação à aceitação da securitização (transformação em títulos) dos débitos do Brasil no Exterior torna impossível a sua execução, pois acredita que os bancos estrangeiros não vão aceitá-la.

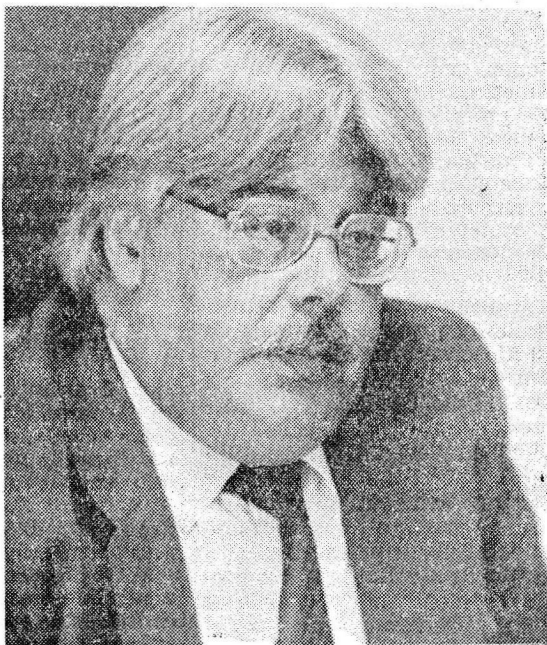
"O governo não fez, na realidade, um projeto de conversão da dívida em capital de risco, mas para a sua securitização." Os demais itens do projeto são considerados aceitáveis, por Pastore, como a realização de leilões para as conversões em capital de risco dos créditos já depositados no Banco Central e destinadas a investimentos no Norte e Nordeste. "O BC precisa ter um controle sobre essas operações e os leilões se constituem em instrumento para isso." O economista faz restrições à exigência imposta às conversões a serem realizadas com débitos ainda por vencer, para que sejam aplicadas exclusivamente em empresas estatais.

"Os credores certamente desejarão sócios mais confiáveis e que proporcionem um retorno mais rápido para as suas aplicações." Disse ser "normal" que a conversão da dívida do setor privado seja condicionada a um desconto. Mas estranha que o projeto aprovado pelo CMN não especifique o valor desse deságio. Para ele, isso torna o projeto inacabado, pois ficaram pendentes as regras para as negociações, que terão de ser previamente definidas.

## HIPERINFLAÇÃO

A economia apresenta sintomas de que convive com uma "hiperinflação reprimida", segundo Pastore. A contenção dos salários e o controle de preços impedem que a inflação retome a velocidade anterior ao Plano Bresser. Os índices crescentes dos últimos meses, para ele, são reflexo do descontrole do governo sobre o déficit público que, na sua opinião, não ficará mesmo nos 3,5% fixados anteriormente, mas perto do dobro desse percentual.

Os efeitos dos instrumentos utilizados pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira, para a aplicação do choque na economia são insustentáveis a médio prazo, acredita. Com a chegada do período de negociações salariais da maioria das categorias dos trabalhadores, não existe outra alternativa aos empregadores senão repor as perdas sofridas com a inflação dos últimos meses. Caso contrário, a Justiça trabalhista o fará, já que "cabe a ela aplicar a lei". O mesmo ocorre com os preços, afirma, Pastore, que só vê uma saída: "Colocar a economia e o governo numa camisa-de-força".



Kenji Honda 15/03/87

**Afonso Celso Pastore**